



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUADALUPE – ESTADO DO PIAUÍ

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de Novembro do ano 2.010 (dois mil e dez), nesta cidade de Guadalupe, no Palácio Legislativo Vereador Georgiano Fernandes Lima, no Plenário Vereador Everton Rodrigues dos Santos, reuniram-se os senhores vereadores: José Lourenço Mousinho Mota – Presidente, Adcárliton Rodrigues da Silva “AD” – 1º (primeiro) Vice-Presidente na Lúcia Policarpo da Cruz Gomes – 1ª (primeira) Secretária, Pedro Mariano Neto Fernandes “Pierre” – 2º (segundo) Vice-Presidente, Edivan Pereira de Miranda – 2º (segundo) Secretário, Amadeu Luiz Pereira Júnior, João Ricardo Lima da Costa, Jesse James Lima Miranda e Surama Santana de Sousa Martins. O **Presidente Zé Mota**, em nome de Deus, declarou aberta a presente Sessão. Destaca que hoje colocar o Orçamento em discussão. Lido o ofício nº. 1138206/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde que informa a liberação de recursos para o programa Pagamento de Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF, comp. 10/2010, no valor bruto de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Lido o ofício nº. 1127872/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde que informa a liberação de recursos para o programa Pagamento de Saúde Bucal - SB, comp. 10/2010, no valor bruto de R\$ 14.700,00 (catorze mil e setecentos reais). Lido o ofício nº. 1108827/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde que informa a liberação de recursos para o programa Pagamento de Saúde da Família - SF, comp. 10/2010, no valor bruto de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Lido o ofício nº. 1111566/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde que informa a liberação de recursos para o programa Pagamento de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, comp. 10/2010, no valor bruto de R\$ 18.564,00 (dezoito mil quinhentos e sessenta e quatro reais). Lido o ofício nº. 1093678/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde que informa a liberação de recursos para o programa Pagamento de Piso Fixo de Vigilância e Promoção da Saúde - PFVPS, comp. 09/2010, no valor bruto de R\$ 8.327,50 (oito mil trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos). Lido o ofício nº. 1078650/MS/SE/FNS do Ministério da Saúde que informa a liberação de recursos para o programa Pagamento de PAB Fixo, comp. 10/2010, no valor bruto de R\$ 14.713,50 (catorze mil setecentos e treze reais e cinquenta centavos). Lido o



Projeto de Lei nº. 012/2010 da Prefeitura Municipal de Guadalupe que dispõe sobre a denominação das ruas do Bairro Centro da cidade de Guadalupe-PI e dá outras providências. Lido o convite do Instituto de Educação de Ensino Básico para a formatura da turma Uma viagem com as letras que iniciará no dia 27 de novembro às 17:00 h. O **Presidente Zé Mota** destaca que o Orçamento e o PPA foi tirado cópias para todos os Vereadores. Fala que seria bom se viesse os vinte e oito milhões. Ressalta que foram contempladas as emendas de todos os Vereadores. Faculta a palavra aos Vereadores. Com a palavra o **Vereador João Ricardo** fala sobre a função do Vereador, que é uma função árdua, até com dificuldade de fiscalizar, seja pela dificuldade de acesso a alguns dados, ou seja, pela dificuldade e correria ou tramite que nós hoje temos que está acompanhando dados e documentos pertinentes a nós, mas em relação a nossa LOA, Lei de Orçamento Anual, eu tive o cuidado maior que da última que nós votamos a favor e procurei entendê-la de uma melhor maneira possível, queremos sim que Guadalupe entre no progresso e realmente o serviço público tenha uma nova cara diferente, seja diferente, que aquele cidadão quando vá atrás de um serviço, ou seja, na saúde, ou na educação, no bem estar social, seja realmente atendido da melhor maneira possível. A dois itens que observei na LOA que tomei como parâmetros à PPA e esse será o primeiro item que estarei analisando. PPA que foi aprovada por nós no passado e ela sempre tem sua revisão, mas através de uma PPA de revisão, mas ela não teve nenhuma alteração do ano passado para cá, através de uma lei de revisão de PPA, e constatei que a previsão na PPA para o ano de dois mil e onze foi orçado em vinte e cinco milhões... Pe-de atenção aos Vereadores... O orçamento de dois mil e onze está orçado em vinte e oito milhões setecentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais e pela PPA está vinte e cinco milhões trezentos e trinta e oito mil reais, então já está tendo uma divergência com a PPA para dois mil e onze e já é uma Lei aprovada. O Vereador AD está me mostrando uns dados diferentes e eu tenho aqui é a atualização do PPA, mas já era um motivo de preocupação porque estava fora da Lei, mas a que está valendo é essa aqui e o que você está aí é a revisão, mas a que foi aprovada no ano passado é essa aqui: vinte e cinco milhões trezentos e quarenta e oito mil. Vamos lá, se falou muito neste orçamento, vinte e oito milhões, na Lei de Diretrizes Orçamentárias ele pede



lá que seja concedido um crédito suplementar de cinquenta por cento, a nossa receita hoje está estimada em catorze milhões, se eu estiver errado alguém, por favor, me corrija. Se você dá uma autorização de cinquenta por cento, senhores Vereadores, pra que dividir tudo isso aqui se você está dando margem de cem por cento para a administração pública fazer suplementares. Pelo parecer do Tribunal de Contas, bem analisada pelo Tribunal de Contas, fez um parecer prévio e ele coloca aqui: Comparativo entre as receitas previstas e arrecadadas, onde ele fez um levantamento no orçamento de dois mil e nove onde diz: não ficou evidente para essa diretoria o motivo da elevada previsão orçamentária para o exercício em análise na ordem de vinte e seis milhões duzentos e oito mil quinhentos e dez reais e vinte e seis centavos, uma vez que receita arrecadada nesse exercício atingiu apenas o valor de catorze milhões novecentos e sete mil cento e quarenta e nove reais e setenta centavos, cujo representa cinquenta e seis vírgula oitenta e sete por cento do valor orçado, daquele orçamento aprovado para dois mil e nove o valor que o Município recebeu só foi cinquenta e seis por cento, foi catorze milhões e não vinte e seis milhões. Então eu me pergunto: Por quê? Por que nós estamos autorizando uma previsão orçamentária além de quinze milhões? E mais alto ainda e que foi questionado pelo Tribunal de Contas, por que vinte e seis milhões? Fica essa questão para nós. Se você analisar, pegar de créditos suplementares catorze milhões, o Tribunal fez uma relação aqui em que houve crédito suplementar de oito milhões, um mil quatrocentos e dezoito reais, isso chega a trinta vírgula cinquenta e dois por cento da Lei de catorze, de catorze milhões ele fez créditos suplementares de oito milhões um mil quatrocentos e dezoito reais e você pergunta: Por quê? Doutora Lúcia também me participou de uns dados que da Lei Orçamentária do ano passado que nós orçamos com orçamento superior a esse aqui presente, a partir de fevereiro já teve créditos suplementares e até foi questionado por que foi feito créditos suplementares se não passou pela Câmara? Fui informado hoje que teve um equívoco na digitação e facilitou isso para o Prefeito, mas que ficou bem claro que foi decidido que essas autorizações teriam que passar pela Câmara e não passou, mas também isso não ia dificultar o trabalho do Prefeito ou de qualquer parte da administração, porque todos nós queremos ver Guadalupe melhor. Se nós solicitamos que os créditos suplemen-



tares passem pela Câmara é porque nós queremos estar presentes na administração, nós queremos acompanhar a administração e eu acho que é de vital importância, mas por que o orçamento de vinte milhões? E pede uma autorização de cinquenta por cento de suplementos. Ele vai tirar de onde essa suplementação? Se ele não consegue gastar na realidade vinte e oito milhões? Vereador Amadeu Júnior, cinquenta por cento de vinte e oito milhões é catorze milhões, ele poderá fazer a suplementação, vai tirar dele mesmo para poder transferir. Então esse é o meu pensamento, se eu estiver errado, por favor, me corrija. O que eu sugiro é que realmente o orçamento seja colocado na previsão legal, na nossa situação legal e que seja dado cinquenta por cento que está previsto na lei, que ele gaste o que for necessário aqui dentro. Que vantagens... E acredito que tudo que você vai administrar você tem que ter um planejamento, você tem que ter folga, não estou dizendo que o caso é esse que está acontecendo, mas esse é o meu entendimento como administrador e como breve analisador da LOA. Todos os dados aqui eu posso dar uma olhada, conceito como foi dito pela contadora, como foi dito pela contadora, eu estive presente porque tive algumas obrigações para fazer fora. Eu não sei se alguém questionou por quê? Essa alta? É pra trazer algum repasse como a praça da cidadania lá da Cruzeta que até agora não veio e como outros que foram orçados e não vieram até agora. Porque se vier nós estaremos aqui para dar a autorização ao Prefeito a desencadear e que ele faça um ótimo trabalho, mas diante desses dados aqui eu só posso pedir, sugerir que refaçam o orçamento. Eu não tenho como votar a favor e se alguém dizer que o João Ricardo está com motivo pessoal, isso não, de jeito nenhum, não tenho nada contra o Prefeito, gosto muito dele, sou amigo pessoal, fui o único Vereador que foi eleito junto com ele que estava lá no Tribunal de Contas apertando a mão dele e dando força moral, eu estava lá. Então eu não consigo entender, não dar, como administrador, não tenho como dar um voto a favor nessas circunstâncias, o que eu posso sugerir que seja cortado, vamos supor que Guadalupe no próximo ano de catorze milhões e novecentos mil vá para dezesseis, que ele tenha um orçamento de dezoito, dezenove milhões, estourando e que cinquenta por cento disso aí seja dado como crédito suplementar. Deixei bem claro, algum Vereador que fazer algum questionamento? Deu para entender as palavras? O **Presidente**



Zé Mota diz: as palavras do João Ricardo esclarecendo o orçamento, ele não estava preçente e se ele soube foi o contrário do que nós ouvimos. Seria muito bom se... No Orçamento passado eu fui contra de uma parte e depois votei a favor porque eu vi que o que está no Orçamento não quer dizer que eu vá fazer, se não vier aquele dinheiro ele não será feito e é fiscalizado pelo Tribunal de Contas e nós Vereadores. Não quer dizer que se eu colocar trinta milhões eu vá cumprir os trinta milhões, seria bom que viesse os trinta milhões baseado no orçamento, seria a coisa melhor do mundo, mas se não há, a contadora deixou bem claro isso, não quer dizer que venha os vinte e oito milhões, pode vim os catorze e os convênios que estão aí no Orçamento não foram firmados, então aquele valor já faz parte do que entrou, ela mostrou umas receitas que entrou anterior, dois mil e oito e dois mil e nove, que ali foi uma coisa absurda mesmo, colocar na receita x e deu lá em baixo, receita é uma coisa, mas convênio é outra coisa. É outra coisa completamente diferente, nós estamos aqui para fiscalizar e o Tribunal de Contas está também, tá lá, se o Tribunal de Contas aprovar nós temos o direito de aprovar ou não por maioria absoluta. Então o Orçamento, deixou bem claro aqui, quem transmitiu ao Vereador João Ricardo, transmitiu o contrário do que ouviu aqui, o que ele está dizendo aqui o contrário do que foi dito, está bem claro o que foi dito. O Orçamento seria a coisa melhor do mundo para nós, guadalupenses, se ele conseguisse os convênios que tem aí e viesse todos porque é fiscalizados pelo Tribunal de Contas e nós também. O que não vem não pode ir para o balancete, só vai para o balancete aquilo que entrou. O orçamento é uma coisa praticamente, não interessa o valor, interessa o que entrou. Vou tornar a repetir o Tribunal de Contas está aí para fiscalizar e nós Vereadores estamos para fiscalizar. Então João Ricardo quem passou as informações passou o contrário do que foi dito aqui. O **Vereador João Ricardo** diz que justamente disso que estou falando. Nós já estamos dando autorização de cinquenta por cento. Não chegou nenhuma emenda aqui alterando esses dados e veja bem ele está dando de vinte e oito milhões, cinquenta por cento, é catorze milhões e é o que entra no Município e nós já estamos autorizando ele pedir e tenho dados do Tribunal de Contas fazendo essa relevância, não sou eu que estou dizendo é o Tribunal de Contas, com relação ao orçamento e o que é entrado lá dentro. Agora outro questionamento: catorze



milhões foi que nós recebemos e a gente se pergunta: oito milhões de suplementação, para quem faz um planejamento, você acha isso pouco, de catorze milhões se você for olhar, cinquenta por cento de catorze milhões é sete milhões, se você for olhar pela realizada. Mais da metade da receita do Município ele tem alguma suplementação, isso é tirado dele mesmo onde há uma transferência. A suplementação esse ano a Lei do Orçamento diz que tem que determinar de onde é a retirada e pra onde vai, eu não vi nenhuma e nenhuma passou pela Câmara, todas foram feitas, a doutora Lúcia falou, era para ter passado por aqui e nós questionamos o ano todinho. Porque a gente só via pelo Diário dos Municípios e a gente não entendia porque é que não passava pela Câmara, teve um erro lá e encontrou uma brechinha e não passar por aqui. Então eu, particularmente, defendendo o direito de quem realmente não está entendendo o que nós realmente estamos falando aqui, tenho a certeza que esse Vereador aqui está procurando a melhor maneira que as contas do Município sejam realmente seguir o orçamento, da melhor maneira possível e que o Vereador tenha mais condições de observar. Presidente, no momento meus esclarecimentos são apenas esses. O **Presidente Zé Mota** diz que ouviu as palavras do Vereador e foi dito tudo ao contrário do que foi dito. Quero deixar bem claro para o Vereador que se eu consto no orçamento um convênio aquela rubrica só será realizada se eu convênio chegar e eu comprar, se eu não comprar, ele apenas consta lá, se eu não comprei só consta no papel, mas não chegou. Consta aqui no orçamento um convênio e não foi aprovado o Vereador está a favor que não seja que Guadalupe não receba um tostão de convênio, pelo que eu entendi. Vossa excelência falou aqui do orçamento, se no orçamento está orçado em vinte e oito milhões, ele não está a favor dos convênios que constam no orçamento. Se não vier não será contabilizado pela Prefeitura e pelo Tribunal de Contas também. Seria bom que vossa excelência estivesse no dia que a doutora Conceição esteve aqui e deixando bem claro para todas as pessoas, eu era... antes eu tinha o mesmo pensamento dele. Por que o orçamento X de valor lá em cima e o gasto lá em baixo? Mas aí o Tribunal de Contas, ele deu um exemplo que o orçamento deveria ser mais equilibrado, mas se não foi firmado o convênio programado no orçamento, claro que não veio. Eu quero afirmar que eu assisti e todos os Vereadores que estavam presentes assistiu.



Está aqui quem quiser fazer algum esclarecimento mais sobre o orçamento. Com a palavra a **Vereador Lúcia** fala que a respeito da discussão do orçamento para dois mil e onze, tivemos a oportunidade de uma aula, porque até pensei e disse no dia da minha frustração que eu pensei que seria uma reunião informal com nós Vereadores tirar algumas dúvidas, mas pra mim foi uma aula, uma aula de contabilidade de todos esses assuntos que a gente não tem muito entendimento e quando a gente se depara com tantos números, com tantos cálculos, com tantas tabelas, realmente fica difícil pra gente entender. Esse questionamento que o senhor Vereador João Ricardo trouxe a essa Casa esta noite, eu já tinha verificado que no PPA a revisão e atualização para o ano de dois mil e onze, eu já tinha verificado essa diferença, Vereador João Ricardo, e tinha colocado uma observação para perguntar na hora para senhora Conceição, mas não tive oportunidade, mas quando eu procurei, já agora a noite foi quando vi que realmente o valor do PPA e da LOA para dois mil e onze está aqui de vinte e oito milhões e seiscentos e noventa e sete e sessenta centavos, mas quando eu vi aqui que são os programas de governo, aí eu fiquei na dúvida, inclusive eu tinha que ter tirado essa minha dúvida, mas numa página anterior você vê uma outra tabela que aqui que especifica aqui vinte e cinco mil reais. Então a gente fica, são realmente muitos números e tem hora que a gente se confunde, mas existe aqui essas tabelas, esses valores e aí pra gente analisar direitinho. Com relação, a gente está voltando a essa Casa agora no final do ano com relação a aprovação desse orçamento. Sabemos todos nós do quanto foi difícil a discussão, primeiro lugar, reprovação do orçamento do Município de Guadalupe e em seguida a aprovação após dezembro, publicada no dia vinte de janeiro pelo Prefeito Municipal. Fico um pouco atenta e preocupada, peço aos senhores Vereadores mais atenção no que a gente emenda, coloca em aprovação nesta Casa e em seguida encaminha ao Prefeito para ser sancionada. Fiquei, senhor Vereador Edivan, hoje decepcionada quando cheguei a Secretaria dessa Câmara e procurei cadê a emenda que foi aprovada por essa Casa e enviada para o Prefeito para ser sancionada e até agora não encontrei e que não foi publicada e não foi vetada pelo Prefeito. Isso me trouxe preocupação grande, porque pra aprovar qualquer que seja emenda, ou lei nesta Casa enviar ao Executivo e ele nem vetar e nem dar satisfação ne-



nhuma, eu acho que isso não existe. Não poderá existir, mas vocês sabem, senhores Vereadores, que desde o início, senhor Presidente, que eu procuro, inclusive argumentei com o senhor Vereador João Ricardo, que isso é um absurdo, isso não pode acontecer uma coisa dessa, mais eu quero só esclarecer aos senhores Vereadores que o Prefeito não agiu nem de má fé, como estávamos pensando, insinuando e nem de maneira nenhuma errada, pois o que ele recebêü realmente foi a lei que ele publicou, porque não constava, naquela confusão pra aprovação do orçamento passado, foi com a sua emenda, Vereador Edivan, com aprovação de todos Vereadores dessa Casa, foi encaminhada no primeiro projeto e que o projeto foi reprovado por esta Casa, quando do segundo projeto que foi aprovado a sua emenda não constava. Então nós Vereadores estávamos aqui nesta Casa todos chateados porque a gente aprova, envia e o Prefeito não veta, nem encaminha pra nós, nem diz resultado nenhum. Tirei minha dúvida hoje quando procure aqui na Secretaria e me mostre a emenda, cadê a emenda? Que foi aprovada nesta Casa e onde está essa emenda? E realmente no projeto do orçamento que foi aprovado, sancionado e publicado não constava aquela emenda. Ai fica para gente prestar mais atenção, fiquei chateada. Eu procurei nesta Casa hoje, o Secretário da Casa, o senhor Bahiano, você estava presente, Vereadora, a resposta que ele me deu e no segundo projeto de lei do orçamento que foi realmente aprovado e enviado ao Prefeito para ser sancionado foi só o percentual de vinte por cento, não constava mais o outro parecer que só com autorização do Legislativo, entendeu. Continuou na redação do artigo dez vinte por cento, mas foi erro da nossa Casa. Tem alguma coisa muito estranha nesta Casa. Se eu fiz uma emenda eu vou pegar no outro dia pegar cópia da emenda, na Mesa eu procuro lê a minha emenda, o que foi que aconteceu foi isso, que foi enviado. Vereadora, eu fui a Prefeitura e peguei a cópia da Lei sancionada e publicada, conforme votada nesta Casa, final de dezembro, lembro-me muito bem, final de dezembro, início de janeiro aprovada nesta Casa, última sessão dia vinte de um de dezembro, falei das minhas duas emendas e tive que viajar, ficou vocês, senhores Vereadores, no dia seguinte, na semana seguinte, se reuniram, fizeram as emendas e encaminharam ao Prefeito, este encaminhamento era que tinha que prestar atenção, pois a Lei, eu peguei do jeito que foi daqui, todas as emendas que



você fizeram consta na Lei, mas o artigo dez diz que só que estava diminuindo para vinte por cento, não colocava com autorização do Legislativo, só isso aí. Então só um alerta, a partir de agora prestar mais atenção. Para mais segurança, o Vereador fique com a cópia da sua emenda e com relação ao valor do orçamento para dois mil e onze, de vinte e oito milhões setecentos e quarenta e sete mil e seiscentos reais, o questionamento nosso, é mais com relação ao valor, milhões, quando se fala aqui, vinte e oito milhões, realmente a gente se preocupa, todos nós nos preocupamos e mais nós Vereadores que temos essa obrigação, essa função da fiscalização financeira do Município, mas aí, minha gente, vamos entrar mais uma vez no questionamento. É um valor estimado, a senhora Conceição nos explicou bem, nós sabemos de quantos projetos estão aqui dentro, como senhor Presidente já falou com relação a programas que o Prefeito Municipal tem o sonho, todo Prefeito sonha, tem a vontade de trazer recursos para o Município. Qual o Prefeito não quer trazer recursos para o Município? Qual Prefeito não quer construir obras e mais obras em seu Município? Então ele tem esse sonho, todos nós temos, entendeu. Então ele coloca, quando o próprio Tribunal coloca e justifica que diz que o orçamento, acha o orçamento orçado a mais, muito a mais do que o Município arrecada, eu uso as palavras o senhor Presidente: o que vai entrar no Município é o que vai ser gasto no Município. Aqui a gente pode aprovar cem milhões, mas só vai entrar catorze milhões, pois só vai ser gasto e a gente tem que fiscalizar os catorze milhões que vai entrar neste Município. Com relação aos créditos suplementares quando a gente não tem um bom entendimento, entendimento técnico, sobre a matéria como a gente teve com a senhora Conceição é que a gente vai perceber, quando a gente diz assim que a gente está autorizando o Prefeito a usar cinquenta por cento, o que corresponde a catorze milhões, o que é catorze milhões? É o próprio orçamento desse Município, mas quando digo assim, quando estou autorizando catorze milhões pro Prefeito é como eu estivesse dando um cheque pra ele utilizar esse dinheiro onde ele quer, na realidade não é. É preciso que a gente entenda o que é crédito suplementar, eu também não entendia, eu sempre que descia dessa Mesa eu procurava conversar com o senhor Amadeu Júnior, com o senhor Edivan e perguntar o que é esse crédito suplementar? Pra que é esse crédito suplementar? Está tirando de onde e tá fazendo o



que? Mas hoje eu já tenho o entendimento. O crédito suplementar ele está só fazendo um reforço na dotação, é um crédito que a gente já autorizou, está aqui dentro, está já autorizado, aprovado pela Câmara. Então não vai ser nenhum real a mais, nenhum real a menos, vai ser que está aqui dentro. Agora acontece que ele chega, por exemplo, na Educação procura um dinheiro na Educação e não tem naquela rubrica, naquela pasta, ele precisa aqui de vinte mil e não tem aquele dinheiro, então o crédito suplementar, ele vai pegar de outro local, só mexendo aqui dentro, tirando daqui e colocando ali, mas é um recurso que já foi aprovado. Então a gente fica com essa dúvida, a gente fica preocupado e é uma preocupação, é válida a preocupação nossa, eu não estou aqui achando errado nenhum Vereador tá com essa preocupação, é válida porque diz respeito ao orçamento do nosso Município, entendeu, mas a gente quer colocar, a gente quer só reforçar esse negócio, como a senhora Conceição falou: a questão de ser cinquenta, cem vinte, trinta por cento não, influência sim, por exemplo: a gente autorizou vinte por cento pra dois mil e nove, mas chegou agora no fim de ano, não deu os vinte por cento, quando o próprio Tribunal manda pra gente uma explicação que no ano de dois mil e nove foi usado trinta por cento, trinta vírgula poucos por cento. Então eu acho que o Município de Guadalupe com trinta e cinco ou quarenta por cento resolve, então porque não a gente deixar os cinquenta por cento, desse jeito que está aí, não que o entendimento da gente, a gente tem que entender o seguinte a gente não autorizando a gastar catorze milhões a mais do orçamento, não! É o que está aqui, ele vai fazer o remanejamento e que ele tem o poder, segundo a senhora Conceição, pergunta da Vereadora Surama na hora, através da Lei quatro mil trezentos e vinte barra meia quatro que é a lei de responsabilidade fiscal, ele já tem esse poder porque a gente já está autorizando isso aqui, na hora que a gente está autorizando esses valores, a suplementação está aqui dentro. Agora se ele quiser pedir o crédito especial, aí sim, só tira se a Câmara autorizar, porque é especial, não está no Orçamento. Vai chegar uma ponte para Guadalupe, não tem nenhuma ponte aqui, ele vai ter que pedir pra gente, mas o suplementar é o que já está aqui. É tudo o que já está aprovando. Então por esses questionamentos e por mais outros, por ver, analisar e lê, eu fiz foi lê, pasta por pasta, Secretaria por Secretaria, vocês podem vê que tudo, todas as indica-



ções pedidas pelos nós, Vereadores, foram contempladas aqui nesse Orçamento, podem prestar atenção. Fiquei chateada porque o que eu solicitei o plano de cargo e carreira dos funcionários do Município de Guadalupe não foi colocado nesse Orçamento, mas a dona Conceição deu a justificativa dela aqui. Eu só espero a sensibilidade do Prefeito que disse que o projeto já está sendo feito e que durante o ano de dois mil e onze ele coloque o plano de cargo e carreira do Município de Guadalupe, inclusive com a implantação da insalubridade para os funcionários da Saúde, mas por estes questionamentos e essas justificativas, no meu entendimento, não estou fazendo nenhuma emenda a esse Projeto, não estou apresentando nenhuma emenda por ter visto todas as pastas foram contempladas, os nossos pedidos e os anseios do povo de Guadalupe é que eu peço aos senhores Vereadores que aprovevem este orçamento para o exercício de dois mil e onze. O **Presidente Zé Mota** diz que quer apenas falar para os Vereadores e ouvintes que a Lúcia transmitiu uma coisa que ela ouviu bem, foi dito no dia da reunião, está aqui os que ouviram e deixou bem claro sobre isso aí agora. Então o que foi dito pela dona Conceição, a Lúcia parece que estava com um gravador porque decorou tudo e eu notei que ela deixou bem claro aquelas espécies de créditos que não tem, não, se tem crédito suplementar, nós já estamos autorizando um índice X e ficou certo para o orçamento de dois mil e onze, já que o Tribunal de Contas deu um parecer que só foi gasto trinta por cento, ficou certo que nesse Orçamento de dois mil e onze, ficou certo que um Vereador ia fazer uma emenda com a assinatura de todos os Vereadores, colocando trinta por cento como o Tribunal de Contas recomendou que só gastou os trinta por cento! Então ficou bem claro o que ele falou aqui e nós vamos fazer a emenda para todos os Vereadores assinar, como foi feito passado. Agora fico a lamentar essa publicação que não foi feita, fico calado, mas era pra ter sido feita, só que é culpa nossa também que era para acompanhar no diário oficial do mês, o diário oficial vem. Então nós, a gente aprovou, mas ninguém foi olhar se foi publicado, eu não sei se tenha sido, eu não vi, mas que foi publicado ou não tenha sido nós temos aqui o exemplo, o Tribunal de Contas deixa o orçamento da Prefeitura o que realmente entra, se entrasse todo o recurso previsto de convênio e tudo, estava numa boa. Eu e mais Vereadores aqui fizemos uma emenda pra comprar um trator para a Secretaria de



Agricultura e não foi possível. Aquele dinheiro foi aprovado, mas o convênio não conseguiu. Então não pode ser realizado. O que eu entendi foi isso aí, o que a Lúcia explicou. Com a palavra a **Vereadora Surama** diz que, dando continuidade à discussão do Orçamento para dois mil e onze, é importante que nós, Vereadores, venhamos aqui relatar e tentar tirar algumas dúvidas que acredito eu que todos nós ainda temos, mesmo tendo a presença da contadora, a senhora Conceição, como a Vereadora Lúcia, que me antecedeu, fez um comentário, nós pensávamos que ela viria fazer tipo um esclarecimento interno, explicar onde nós Vereadores pudéssemos realmente pegar o orçamento, folhear o orçamento e fazer algumas perguntas. Eu fiz algumas perguntas, mas fiquei ainda com alguns entraves com relação a esse orçamento e o que a Vereadora Lúcia questionou e o Vereador João Ricardo questionou é importante que a gente realmente pare para analisar, porque quando a gente recebe uma documentação do Tribunal de Contas, onde tem pessoas específicas, capacitadas, pra realmente analisar e fazer questionamento sobre orçamentos, sobre prestação de contas e o próprio Tribunal tem essa dúvida, tem esse questionamento, recebe catorze milhões e se faz um orçamento em cima de vinte e oito milhões, é um questionamento não só da Vereadora Surama é do próprio Tribunal de Contas e aqui a contadora Conceição explanou, mostrou através de slides o que realmente a resposta, a defesa que ela levou ao Tribunal de Contas, mas não temos realmente que defesa foi essa, ela mostrou lendo uma coisa muito rápida e não dá pra gente realmente analisar, ver todos os dados, ninguém sabe qual foi a resposta do Tribunal de Contas, se acatou a defesa que foi enviada por ela. Então a gente fica se perguntando, quando eu vejo aqui que o orçamento, que os créditos suplementares são retirados do orçamento, só que fiquei sabendo que no dia da reunião que os cinquenta por cento era sobre o orçamento previsto e não do orçamento realizado, recebido. Então foi um dúvida e fiquei mais abismada ainda, mas aí a gente se questiona: ô Vereadora Lúcia a gente aprova o orçamento no mês de dezembro, novembro a dezembro, em janeiro um orçamento que foi feito um levantamento por Secretaria, por pessoas que estão a frente da Prefeitura e realmente fazem um levantamento das previsões serão gastas, que explicação ela deu e eu ainda fiz essa pergunta ao Prefeito que estava aqui presente e ele não me convenceu na sua respos-



ta se nós aprovamos em dezembro, porque em janeiro já se inicia com crédito suplementar e o que é mais incrível, senhor Presidente, de janeiro a dezembro mensalmente a Prefeitura de Guadalupe se tira crédito suplementar e está dentro do orçamento orçado em vinte e oito milhões, ano passado foi de vinte e sete milhões e quatrocentos, mas qual é a explicação? Se eu perguntar aqui a Vereadora Lúcia ou qualquer outro colega Vereador com quem foi gasto ano passado oito milhões um mil quatrocentos e dezoito reais e cinco centavos, foi gasto o ano passado só de crédito suplementar. Aí eu pego, Vereadora Lúcia e nós temos essa documentação o diário dos Municípios o Prefeito retirando de construção de casas populares duzentos e setenta mil reais que era pra ser gasto com construções de casas populares, ele retirou, estava orçado pra isso, e retirou esse dinheiro, ele remanejou pra gastar com Secretaria Municipal de Governo, na Secretaria de Meio Ambiente, na Secretaria do Trabalho e Assistência Social, eu estou dando um exemplo, pois não quero me aprofundar, mas todos nós temos aqui e o crédito que foi tirado para construção de casas populares, no meu entendimento, iria atender muito mais nossa população do que realmente está sendo citado nessas outras Secretarias. É onde eu quero chegar entendeu Presidente, em nenhum momento aqui nós vamos está contra um benefício que vier a população seja ela na área da Saúde, da Educação, da Infraestrutura, do Meio Ambiente, nós estamos aqui ofertando nosso trabalho, fazendo nossas indicações pra que o crescimento e desenvolvimento da nossa cidade e para oferecer a nossa população uma melhoria, uma qualidade de vida digna a esse povo que é carente. Quando eu perguntei ao Prefeito como é que você tira, faz um remanejamento de uma Secretaria pra outra e tá aqui no Diário dos Municípios você fez construção e reforma em escolas do ensino fundamental e perguntei pra ele: Prefeito qual foi a escola que você construiu? Não sei se alguém dos Vereadores viu eu fazendo essa pergunta para ele. Vou mostrar para o Presidente: construção, ampliação, adaptação e reforma para escola do ensino fundamental, eu perguntei para ele e ele disse: não Surama, esse dinheiro aí tá no caixa, como é que está no caixa se ele já foi remanejado pra essa função? Aí ficou a dúvida e fica difícil a gente entender. Minha dúvida, Vereadora Lúcia, Presidente, é nesse sentido. Não que nós aqui estejamos com vontade de prejudicar A ou B não, o que me traz a essa tribuna é para



nós termos realmente um bom entendimento, realmente quando eu for dar o meu voto eu está ciente e consciente e determinada no que eu estou fazendo, porque o que não adianta é a gente está aqui com uma função que é de grande responsabilidade que é fiscalizarmos o recurso do nosso Município e dar aqui um sim ou um não de qualquer forma, não, o que a gente quer é esse entendimento. Usando um aparte o **Vereador Pierre** fala que são vedados, artigo setenta e um, o que é isso? Proibido, Presidente, a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa, isso configura-se crime porque não estão respeitando o artigo setenta e um. A **Vereadora Surama** diz que é da Lei Orgânica, muito bem, Pierre, mas a questão é que foi feita aquela emenda teve o problema como a Vereadora Lúcia que me antecedeu fez esse questionamento, no momento que ela expôs eu estava presente na sala do Bahiano pela manhã, mas automaticamente me veio na mente a justificativa do senhor Prefeito que enviou um projeto na semana passada para que nós aprovássemos um aumento do índice em vez de, em mais quinze por cento em cima dos vinte que ele tinha de direito. Então a Vereadora complementou no momento em que eu perguntei o valor do índice fixado foi, não a aprovação da lei que era com expressa autorização deste Poder. É de se estranhar, isso aí que sirva de lição pra que nós Vereadores tenhamos mais esse cuidado de estamos ainda mais atentos do que já estamos e ficarmos mais ligados para que isso não aconteça novamente. Então eu quero aqui dizer, fazer mais um questionamento, Vereadora, em relação, eu acredito assim, quando se faz uma previsão de gasto por Secretaria, existe alguma Secretaria que eu acredito que deveria fazer uma previsão com eficiência, um exemplo: A Secretaria... O Gabinete do Prefeito que está dentro da Secretaria de Governo, não é isso? Quando se coloca aqui um milhão quinhentos e trinta e cinco mil reais pra ser gasto e se a gente for analisar, pegar o valor dos funcionários que tem dentro dessa Secretaria, calcular o valor mensal, se nós for tirar os gastos, eu tenho certeza, Vereador AD, que se fizesse uma previsão com eficiência não chegava a cinquenta por cento desse valor. Eu digo assim, existe a Secretaria de Saúde, de Assistência Social, de Educação que não tem como fazer uma previsão com eficiência, porque com a Saúde ninguém sabe o que vai gastar, mas em



outras Secretarias. Então eu acho assim se o próprio Tribunal de Contas observou isso que é feito um orçamento um pouco falho e é essa a mesma visão que eu tenho, existe Secretaria que realmente, se o Executivo quisesse fazer um orçamento em cima da nossa realidade, como foi aqui citado e é o desejo do Vereador João Ricardo e é o desejo dessa Vereadora Surama também. Um exemplo eu dou, Presidente, quando veio essa obra do fórum era um... Foi uma obra que não estava dentro do orçamento e quem foi daqui votou contra? Ninguém, todos os Vereadores aprovaram a doação daquele terreno. Então é isso que a gente quer, a gente quer realmente o crescimento, o desenvolvimento, o que o Executivo necessitar pra desenvolvimento que dê conhecimento que dê o respeito que realmente esse Poder merece e precisa pra que a gente realmente possa andar ao lado dele concordando e ao mesmo tempo dando... Fazendo nosso questionamento. Existem algumas Secretarias que estão com valor absurdo como a gente sabe, mas eu sei e repito que é uma previsão, tudo bem, mesmo essa previsão para mim está sendo um absurdo e não só eu como também o Tribunal de Contas observou, como a Vereadora Lúcia falou o crédito adicional suplementar está dentro do orçamento, tá, o crédito especial necessita a nossa autorização, se vier que nós estejamos aqui para dizer: Estou ao seu lado, Prefeito, faça e ofereça ao nosso povo o que ele merece e o que ele precisa. O **Presidente Zé Mota** diz que o que precisa do Vereador é ele andar mais na Câmara, cada Vereador tem o seu gabinete montado e olhar os balancetes, coisa que eu não vejo, se a pessoa chega aqui na Câmara passa duas folhas e vai embora. Vamos olhar os balancetes e vê o orçamento, que cada pessoa que... olha... cada balancete tem a sua rubrica e isso eu não fico com medo porque o Tribunal de Contas não deixa passar, se não estiver correto o Gestor será punido, o Tribunal de Contas não está deixando passar nada. Eu nem me preocupo com isso, porque o Tribunal de Contas está aí passa assessorar a gente, onde eles tem mais técnicos especializados que a gente, nessa área, eu não me preocupo com valor e com que foi gasto porque o Tribunal de Contas no final do ano vem o balancete geral e que nós não recebemos aqui o de dois mil e oito. Quero deixar bem claro, nós não recebemos nem da Câmara e nem do Prefeito o balanço explicando a situação que ficou a Câmara em dois mil e oito, nem da Câmara, nem da Prefeitura.



ra. Porque eu não sei. Eu respondo por tudo o que foi de dois mil e nove pra cá, pra trás eu não quero nem saber, fica pra lá, se ficar alguém inelegível no final do ano sai e a pessoa está inelegível, porque o Tribunal não está dispensando nada, mas é nada mesmo. Questionar valor de orçamento eu não me preocupo não que o Tribunal não deixar passa nenhum centavo. Não adianta. Com a palavra o **Vereador Jesse James** fala que no meu entendimento, estive presente na Sessão que a senhora Conceição tentou com toda a sua inteligência e o seu entendimento transmitir pra gente e para aqueles que têm dúvida e ainda continuara tendo sobre o orçamento, inclusive ainda estou com muitas dúvidas. Orçamento que no meu entendimento e no entendimento de todos, inclusive debatido e dito pela dona Conceição é uma peça eminentemente técnica, é uma previsão de orçamento, é uma previsão, desculpa, de receita. O orçamento é uma lei de previsão, tudo bem, se parássemos e fizéssemos comparações Guadalupe com outras cidades, Guadalupe por seu ICMS é alto, tudo bem, é o maior orçamento do Estado tirando Teresina, proporcionalmente, é o maior valor entre todas as prefeituras do Estado. Deixando bem claro para aqueles que não entendem, se esse valor fosse para os cofres públicos do Município a gente votaria até em cinquenta milhões, cem milhões, o que vier de benefício jamais seríamos contra, então queria fazer uma pergunta: esse orçamento é para votarmos ou aprovamos? Deixo essa pergunta, pra isso a gente tem que ter respeito com as opiniões de cada um, com o voto de cada um, aquele que vota contra e aquele que vota a favor, tenho certeza que aquele que dê o voto contrário é a benefício da comunidade, no seu ponto de vista e aquele que dê a favor também é pra beneficiar a comunidade. Cabe o entendimento de cada um. Então qual foi o orçamento no valor deste ano? Alguém dos Vereadores lembra? Vinte e sete milhões desse ano, aproximadamente o valor desse ano. A mais de ano o Prefeito fala que a Prefeitura está adimplente, está podendo receber recursos para construir quadra de esportes, e promessa vem, promessas virão e nada. Será que não vieram por quê? Por que esses vinte e sete milhões ou por que não estava previsto nesse orçamento desse ano? Aí simplesmente quando dona Conceição tentava explicar para esses Vereadores, onde o Prefeito usa a tribuna e diz: Ah e a Saúde está muito bem está bem demais, a Educação tá o máximo, as obras, agora está terminando o matadouro. En-



tão é difícil a gente ouvir da palavra dele e não poder falar nada porque se tratava apenas de explicações do orçamento, mas é um crime o que ele falou naquele dia. Então que crédito? Eu vou chegar aqui e simplesmente dizer que eu sou favorável a esse valor, ao valor desse orçamento. Então vamos respeitar o voto de cada um e vamos tentar fazer um convencimento para aquele que votou contra ou a favor mudasse a sua opinião e não criticar aquele que votou contra ou a favor. Esse é meu entendimento. Então até agora, no dia da explicação da dona Conceição, ela não conseguiu me convencer e até agora também não estou convencido e que esse valor e que esse orçamento dessa forma poderá a solução de tudo, para a melhoria de nossa cidade. Com a palavra o **Vereador Edivan** diz como estamos debatendo sobre o orçamento para dois mil e onze, eu queria só esclarecer um pouco que em dois mil e nove, nós votamos o orçamento de vinte e sete milhões e quatrocentos mil, foi aprovado por essa Câmara Legislativa, naquela época o nosso Poder Executivo, a Prefeitura estava inadimplente e não recebeu nenhum convênio e a receita foi de treze a catorze milhões, mas tem previsto para dois mil e onze vários convênios, que dá em torno de cinco milhões, seis milhões. Então vamos somar treze milhões ou catorze que venham, ICMS, FPM, o previsto mais cinco milhões de convênio, vai para dezoito milhões e nós temos que ver também que em dois mil e dez a nossa Prefeitura estava no índice de zero seis e agora em dois mil e onze vai passar para zero oito, o que quer dizer isso? A arrecadação do nosso vai aumentar. Tem também o ICMS que era um ponto vinte e nove e não sei o índice que vai ficar, mais provavelmente... o Vereador AD está dizendo que vai ficar mais de dois e meio, então o que é quer dizer isso? Vai ser um aumento muito significativo para o Poder Executivo. Então se aprovamos um orçamento para dois mil e dez de vinte e sete milhões e quatrocentos mil, não teve nenhum convênio, a Prefeitura era zero seis e o ICMS era um ponto vinte e nove, nós temos que vê que o aumento do orçamento foi pouco, então é vinte e oito milhões e alguma coisa previsto a vim sobre os convênios e mais o aumento de ICMS e do FPM que a Prefeitura era zero seis e passou para zero oito. Então eu pelo meu modo de ver o orçamento tá coerente, eu acho que nós devemos analisar bem e votar a favor para não acontecer o mesmo que aconteceu o ano passado, a gente se reunir várias e várias vezes reprovando e de última hora



aprovamos, foi bom para o Município e para o povo. Então era isso que eu queria pedir a cada colega Vereador, endossando as palavras de meu colega Jesse James, eu acho que cada amigo Vereador tem que respeitar o voto de cada um, aquele que queira votar contrário que vote e aquele que achar por bem votar a favor que vote. Era esse o meu esclarecimento. O **Presidente Zé Mota** fala: Veja bem senhores Vereadores, aquele crédito que ele mandou aqui para Câmara pra comprar os ônibus, tudo indica que a compra desses ônibus pelo que vejo não vai ser efetuada agora, esse ano. Se ele não efetuou, chegou trinta e um de dezembro ele zera, zera completamente e vai começar tudo de novo. Vocês foram bem que foi dito isso aí, o orçamento que não foi gasto, a compra dos ônibus eu estou achando que não vai pra comprar no ano de dois mil e dez, mas já consta no orçamento de dois mil e onze. Esses quinze por cento que nós aprovamos o dinheiro está lá, se dê certo ele está coberto para pagar até o dia trinta e um de dezembro, se não dê zera. Aquilo zera, vamos trabalhar no orçamento de dois mil e onze, mas já consta no orçamento de dois mil e onze essa aquisição desses ônibus, se adquirir agora, dois mil e onze automaticamente, não vai ser gasto porque ele entrou em dois mil e onze. Então são essas coisas aqui e mais convênios. Isso ficou bem claro aqui naquele dia, que chegou dia trinta e um de dezembro o orçamento acabou, o que não foi gasto ele não pode usar para o ano de dois mil e onze, ele não pode, para dois mil e onze é baseado no orçamento de dois mil e onze. Isso ficou bem claro aqui e o Tribunal de Contas, eu digo com toda a certeza não deixa passar nada. Hoje nós temos um Tribunal de Contas que qualquer um Vereador pode ir lá na DEFAN e pode pedir esclarecimentos que eles mostram parecer, mostram tudo. Tudo que o Vereador tiver a dúvida, pode ir lá no Tribunal de Contas que eles chegam lá e mostram. Mostra a conta da Câmara de Vereadores, da Presidência da Câmara, mostra do Prefeito e o meu aqui está aí para que quiser vê. Eu convido aqui os Vereadores, convido o povo de modo geral que venha ver os balancetes, o pessoal de fora que quiser vê os balancetes do Prefeito, só basta fazer uma correspondência para o Presidente citando o número do seu título de eleitor, se é eleitor de Guadalupe. Agora só pode olhar eleitor do Município, se não for eleitor do Município ele não pode fazer uma correspondência para ver balancete se ele não é eleitor do Município. Então está bem claro,



hoje está tudo transparente, não adianta você querer enganar as pessoas que o pessoal está vendo, eu estou achando bom porque tem a explicação das pessoas que ouviram bem, todos os Vereadores estão vindo falar aqui, eles não entenderam de um modo geral, eu também não entendi geral, mas uma grande parte eu entendi. Se veio aquele parecer do Tribunal citando alguma Secretária a pessoa responsável que vai responder, se ele não der ele poder se tornar inelegível, como tem Prefeito e pessoas aqui que está inelegível. O Tribunal não- deixa, não adianta, eu digo porque confio no Tribunal, toda vida quando era da oposição, sempre eu estava no Tribunal, e diziam: Vereador só tem você lá que vem aqui; e eu: só. E via todo tempo. Quando eu via um documento tirava cópia e mostrava ao pessoal, ia comparar nos balancetes e fiz tudo isso. Com a palavra o **Vereador AD** fala que depois de ouvir todos os argumentos dos colegas e que não são argumentos novos, são os mesmos argumentos do ano passado, e até entendo a preocupação de cada Vereador porque um dos papéis nosso é de agente fiscalizador. Então essa preocupação é louvável e entendemos que além de ser louvável é necessária, mas eu quero aqui argumentar que o agente político, o agente público seja ele no Executivo ou neste Poder que nós fazer parte dele tem que ser uma pessoa de visão futurística e a argumentação sobre esses vinte e oito milhões, mas ai eu vejo que há uma visão futurística para a nossa cidade, além da alavancada que houve na arrecadação do nosso Município que a partir de janeiro vai melhor por casa dos índices que aqui os amigos Vereadores citaram antes de mim, além disso, além dos convênios que estão previstos e não foram executados no ano de dois mil e dez que envolve quadra poliesportiva, envolve praça da juventude, envolve aquisição de um barco para ser usado ali no Balneário Belém-Brasília, envolve várias outras coisas. Há outras lutas, outras previsões e com certeza o Prefeito está correndo atrás, então depois de vermos essas argumentações eu quero reafirmar mais uma vez que eu não tenho nenhuma dúvida, senhor Presidente, concernente a esse orçamento, não tenho. A explica da contadora Conceição foi boa, tirou algumas dúvidas pendentes. Sobre a questão de estamos informados ou não, compete a cada Vereador porque no Diário Oficial está aí, na nossa Mesa chega, a reclamação que eu faço, Vereadora Surama, é que às vezes chega muito atrasado, mas está aí no Diário Oficial, tem também a Prefeitura



qualquer Vereador tem o direito de entrar em qualquer órgão público aí e examinar o que tem que ser examinado, tanto faz ser situação como de oposição. Então eu acho que a falta maior nesse sentido que foi tão questionado essa noite está em nós. Nesse erro que foi cometido de comunicação a falta foi nossa. A correção tem que começar em casa e com certeza o futuro Presidente que virá vai corrigir, vai lutar para corrigir essa falha, é um pedido meu. Quero dizer que além dessa visão futurística para nossa cidade, nós entendemos que Guadalupe não é para se comparar com esses municípios vizinhos, quando aqui foi dito que o orçamento de Guadalupe só é comparado ao de Teresina, por quê? Porque pela situação geográfica da nossa cidade, nós temos muita água, nós temos muita terra boa, nós temos energia, procure essas outras cidades vizinhas pequenas de orçamento pequeno de arrecadação pequena e compare com Guadalupe, por isso eu vejo e acho que o orçamento de Guadalupe tem que ser maior que dessas cidades. Porque uma cidade que tem projeção de crescimento, uma cidade que possibilidade e perspectiva de crescimento e esse orçamento é cabível para nossa cidade. Eu acredito que esse orçamento está dentro daquilo esperado, não sei se vai acontecer, o nosso desejo é que aconteça, é que não venha só três ônibus, sim quatro ou cinco ou seis. É que venha o barco, tanto o barco para os salva-vidas como o barco para o passeio turístico para o nosso Balneário para oferecer algo, uma estrutura melhor para os turistas e todas as nossas indicações estão contempladas aqui dentro do orçamento. Então não vejo, até entendo a preocupação dos colegas, até entendo a argumentação dos colegas, mas nós estamos aqui para fiscalizar. Nós temos que, já que estamos sentido essa dificuldade na comunicação concernente a esses créditos suplementares já foi explicado aqui que não é nenhum acréscimo é só o remanejamento e o Vereador Pierre pegou a Lei Orgânica e mostrou aqui que não pode ser feito sem prévia autorização dessa Casa, nós entramos em consenso hoje pela manhã e fizemos uma emenda que vai ser apresentada, senhor Presidente, que vai resolver esse problema. Por isso eu vejo que esse orçamento é cabível para o nosso Município e a explicação da senhora Conceição foi a altura, mas eu faço uma pergunta, se não foi a altura por que não ficaram até o fim, até entender o que queria entender? Mesmo que tirasse os fios, mas chamasse dona Conceição eu não entendi, eu quero enten-



der. Então respeito os votos dos colegas, daqueles que vão votar contra, mas eu quero dizer para toda a população Guadalupe e para os demais amigos aqui de bancada e os demais que todos são Vereadores que o meu voto é favorável a esse orçamento, porque eu entendo que ele é benéfico a esse Município. Com a palavra o **Vereador Amadeu Júnior** fala que já era de se esperar que tivesse uma ampla discussão sobre a matéria de hoje nessa Casa Legislativa, aliás a função parlamentar que estamos exercendo nesse instante não se restringe apenas em uma leitura em uma escuta técnica de um contador que ajuda, mas depende também de uma amplitude muito forte de debate, obviamente de divergências, porque se não fosse assim o regime democrático de direito estaria ameaçado, se fosse assim também não haveria necessidade de colocar sobre a apreciação da Câmara Legislativa uma lei de tamanha importância, daí porque é normal que temos que debater legalmente, levantar os nossos questionamentos, as nossas dúvidas, tentar tirar as dúvidas com outros colegas ou então tentar informa na medida do conhecimento de cada um. Eu assim quase que a integralidade da explicação da contadora Conceição e reconhecendo a sua capacidade técnica e eu confesso que para mim não foi totalmente satisfativa as explicações dadas, admito inclusive que alguns pontos foram muitos elucidativos, em outros pontos seguiu-se omissão daí porque os colegas que levantaram tais questionamentos eu concordo com eles. Eu me lembro que fiz uma pergunta a contadora Conceição analisando o artigo décimo desse projeto de lei e o artigo décimo ele fala que uma vez aprovada a lei também já estaria aprovada um crédito adicional suplementar no valor de cinquenta por cento, como já havíamos discutido isso na sessão passada eu perguntei para senhor Conceição: esses cinquenta por cento, uma vez aprovado ele será calculado sobre o crédito que efetivamente nós chegaremos ao final de dois mil e onze ou será calculado com base naquilo que iremos aprovar, ou seja, com base nos vinte e oito milhões? E então ela me responde que seria no valor dos vinte e oito milhões, ou seja, sobre o valor previsto e não sobre o valor real e gasto. Ora imediatamente eu retruquei com a senhora Conceição, a contadora: ora se nós aprovamos o orçamento no valor de vinte e oito milhões setecentos e quarenta e sete mil e chegar a arrecadar catorze milhões e chegarmos a aprovar esses cinquenta por cento significa dizer que estaremos aprovando não cin-



quenta por cento e sim mais de cem por cento. Isso me causa uma preocupação, daí porque nós propusemos uma emenda para chegarmos a um meio termo, de um lado não atrapalhar ao projeto da LOA e por outro lado para nos deixarmos mais perto da fiscalização, aí já saindo da função parlamentar, invocando a função fiscalizadora inerente a função do Vereador. Veja bem, eu pude entender com algumas pesquisas que venho fazendo de uns vinte ou trinta dias e quero estender aos colegas uma simples explicação. Vamos tirar a parte milhões pra não dificultar o entendimento, vamos fazer de conta que vamos fazer uma LOA na nossa casa. Então o que nós queremos, vamos fazer um orçamento, saber o que eu quero fazer e o que eu vou poder solicitar a vocês para gastar nas minhas construções, nos meus atos. Então veja bem, na administração da minha casa, analisando aqui esse projeto na página um na administração eu quero gastar quatro mil reais para administrar a casa, no setor social da minha casa que gastar um mil duzentos e cinquenta e quatro, na previdência, eu tenho que pagar o plano de previdência que eu quero me aposentar um dia e pretendo ser um segurado da Previdência Social eu pretendo gastar trezentos e cinco reais, na Saúde a gente gasta mais, na Saúde eu quero gastar seis mil reais com a Saúde. Na Educação tem que se gastar bem tem que formar, tem que dar bons colégios, livros, material didático, auxílios, para nós também então eu quero gastar bem eu quero gastar seis mil. A Cultura, Urbanismo, Educação somando tudo eu quero gastar aí uns trinta mil, com a Agricultura é bom investir na Agricultura eu quero gastar um mil e cem. Eu preciso gastar também no comércio para adquirir serviços trezentos e dez. Com o transporte, é preciso a gente se transportar, com esporte é preciso também. Então ao final eu planejei que precisaria para fazer tudo isso vamos botar vinte e oito mil em vez de vinte e oito milhões, vinte e oito mil setecentos e quarenta e sei reais. Eu preciso de autorização para saber se... eu pretendo fazer tudo isso, não sei se vou fazer, mas pretendo fazer. Eu acho que até acatando aquele parecer prévio do Tribunal de Contas é muito, levando em conta do que foi recebido até o presente momento. Agora poderia se dizer que não seria tão exagerado se nós pudéssemos estar mais presentes mais perto, fiscalizando mais perto. Então eu disse o seguinte: olha poderia até votar nesse orçamento, poderia, pra isso eu me sentei com alguns colegas: com Pierre, Surama e



com Jesse e estou propondo algumas emendas modificativas do texto atual, propondo aos colegas Vereadores, eu, o Pierre, a Surama e o Jesse, aliás se nós votamos essa emenda eu acredito que o orçamento deste tamanho não vai fazer mal a Guadalupe porque nós vamos ter o poder de fiscalizar cada centavo dele. Então a nossa proposta é que nós queremos alterar a redação do artigo dez, onze, doze e treze. Veja só, acredito que alguns dos colegas vão divergir de alguns desses artigos, vou falar qual, porque a contadora disse que existe um valor que já está previamente autorizado. Veja bem eu já já vou falar sobre esse valor. Valor aqui o artigo dez que está na LOA. Lê o artigo dez. Veja bem qual é a nossa proposta de emenda a esse artigo ainda a ser discutida com a redação para que a gente chegue a um consenso. Lê a emenda ao artigo dez. Significa que todo vez que o Poder Executivo quiser abrir um crédito adicional faça uma solicitação pra Câmara e nós estaremos aqui de pronto para ouvir a justificativa do Executivo, ótimo vamos dar essa autorização. Exemplo prático aquilo que foi dito pela Vereadora Surama com relação ao Fórum, onde houve um convênio de Guadalupe com o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí pra que nós autorizássemos um crédito adicional de quarenta e cinco mil para o Fórum, é justo? É merecido? Todos nós votamos favoravelmente. Supondo que haja necessidade de contratar algum serviço e que aja uma calamidade ou construção de casas, mande pra Câmara e nem precisa solicitar sessão extraordinária, apenas queremos que justifique pra nós Vereadores, olha eu que remanejar tirar desse e colocar nesse está aqui a justificativa. Olha, nós não somos empecilho e nem seremos, eu serei o primeiro a defender esse projeto aqui, eu só peço aos colegas que eles, que o Prefeito mande o pedido justificando: Olha Câmara, Vereadores, eu gostaria de remanejar um crédito e estou precisando para fazer isso. Ótimo, venha aqui justifique que de pronto vamos apoiar. Então essa a modificação que criamos para o artigo dez e no artigo onze a mesma coisa... Nós só queremos que ele peça autorização ao Legislativo. Lê o artigo doze e o mesmo artigo depois de sua modificação. Lê o artigo treze e o mesmo artigo depois de sua modificação. Veja bem colegas Vereadores, Veja bem público presente e ouvinte, essas emendas que estamos tratando não iria alterar a projeção feita pelo Executivo, ele está dizendo que pretende investir nos diversos ramos, nas diversas Secretarias, precisa gastar vinte e oito mi-



Ihões, aproximadamente, estamos dizendo o seguinte, poderíamos votar, sim, poderíamos, mas desde que quando for fazer um remanejamento consulte a Câmara, essa é a nossa proposta. A proposta feita pelo Vereador Amadeu, pelo Vereador Pierre, pela Vereadora Surama e pelo Vereador Jesse James, essa proposta nós vamos colocar em discussão, caso os Vereadores concordem nós fazemos essa emenda modificativa, coloquemos no texto e na ata e ai vem, Vereadora Lúcia, aquela questão da comunicação que vossa excelência levantou muito corretamente nesse instante. Eu acho que uma vez que nós votemos a LOA no valor de vinte e oito milhões, mas que os colegas votem favoravelmente as nossas emendas para que possamos está mais de perto, essas emendas, na hora que o Presidente lê a aprovação ele vai lê: aprovado com as emendas modificativas nos artigos dez, onze, doze e treze, isso será encaminhado ao Executivo, ao Prefeito Municipal e ele terá o prazo de trinta dias para sancionar ou vetar, se ele sanciona ótimo, foi aprovada a LOA no valor de vinte e oito milhões com as emendas modificativas, ele pode ainda vetar só as emendas ou vetar algumas dessas emendas, voltará a essa Casa, o veto, esse veto do Prefeito para ser derrubado nós precisaríamos de dois terços da Câmara, agora se o Prefeito receber nem sancionar, nem vetar ótimo porque a lei diz que quem cala consente. Quem não sanciona expressamente, sanciona tacitamente. Se ele se cala ele aprovou tudo, agora eis o princípio da publicidade, que não é só um princípio para os atos legislativos, mas para o Executivo e Judiciário, os três Poderes que exatamente surgiu para evitar esse tipo de dúvida, esse tipo de falta de comunicação. Todos os atos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ainda aquelas autarquias que incorporam os mesmos Poderes tem que ser amplamente publicados, aliás é um dos princípios da administração pública: o princípio da publicidade. Então uma vez que votemos, teremos logo cópia da ata, com a cópia da ata, o Presidente uma vez votado com essas emendas vai dizer: A LOA está aprovada com as emendas modificativas dos artigos dez, onze, doze e treze conforme texto em anexo e mandar para o Prefeito ou seguir aquele tramite. Senhor Presidente, senhores Vereadores: Lúcia, AD, João Ricardo, Edivan está é a nossa proposta. Nós entendemos que vinte e oito milhões é muito, tudo bem, é muito, mas pra que ninguém diga que nós estamos tentando atrapalhar a administração



pública, impedir que alguns dos recursos importantes venham até o nosso Município, nós dizemos, nós votaremos sim, desde que as nossas emendas sejam aprovadas e as nossas emendas só tem uma única finalidade: que nós estejamos presentes em cada uma das decisões importantes tomadas pelo poder Executivo. Com a palavra a **Vereadora Lúcia** reforça mais uma vez que o artigo dez pelo qual nós modificamos, porque está chegando a essa Mesa agora, neste momento, vocês modificam o percentual? Não... Eu estou aqui, volto a essa tribuna, não como papel de líder do Prefeito, mas como Vereadora preocupada como estive, preocupada com relação ao orçamento referente ao ano de dois mil e dez. Quero dizer aos senhores Vereadores que não entenda o meu posicionamento a respeito do orçamento só como líder do governo, aqui defendendo o Prefeito, não, pelo que eu volto a dizer, pelo que eu entendi, procurei lê e quero dizer aos senhores Vereadores que eu procurei a Prefeitura Municipal de Floriano através do senhor Edilberto que é Secretário Municipal de Administração, como também procurei informação com a Vereadora Ana Cleide de Floriano porque eu queria ter esse entendimento correto na minha cabeça, quando se foi colocado essa questão do crédito suplementar. Fiquei preocupada na época, fiquei, todos vocês sabem, inclusive o Vereador Amadeu Júnior é o que mais que sabe, porque toda vez que eu pegava o diário oficial eu descia e perguntava pra ele: Amadeu o que é isso aqui? Porque eu não tinha o entendimento. Então eu procurei a Prefeitura Municipal de Floriano, através do senhor Edilberto que é Secretário de Administração e procurei saber dele e ele me deu outra explicação que ele é bem entendido no assunto. Se a gente aprova aqui do jeito que os senhores Vereadores, eu entendo que é uma preocupação, é uma preocupação de todos nós, mas eu só quero dizer para vocês aprova essa emenda do jeito que vocês estão colocando, simplesmente vai engessar, vai ficar a administração municipal com relação lá a administração dos recursos lá, totalmente engessado, digo porque o seguinte: quando hoje a Saúde, estou só dando uma exemplificação com relação aos valores aqui, mas hoje a Saúde abre o orçamento da Saúde pra cada ordenamento, na nota de empenho, no comecinho tem quanto tem aquela pasta, quanto vai gastar aqui esse mês e quanto vai sobrar dela. Pode pegar qualquer nota de empenho que vocês veem esses três valores. Quanto ainda tem, tem dez



mil, vai pagar cinco, então sobra cinco, toda nota de empenho tem esse valor. Então na hora que a contabilidade, que o Prefeito precisar pagar hoje, que a contabilidade for fechar a folha, que precisar pagar hoje a folha da Saúde e for no orçamento e não tiver dinheiro, que o Prefeito mande para essa Casa, para essa Casa analisar de onde vai tirar o recurso, vai ser colocado, votado, devolver, aí eu repito mais uma vez, meu entendimento antes era um, hoje depois que conversei em Floriano, Floriano é desse jeitinho, ele me explicou do mesmo jeito que dona Conceição explicou aqui: Lúcia o crédito suplementar é livre o Prefeito baixa, a Lei quatro mil trezentos e vinte barra sessenta e quatro autoriza de imediato, porque ele tem que administrar, ele tem que ter a flexibilidade de urgente, hoje, não tem dinheiro na Saúde, dá para tirar daqui, então bota pra lá. Então se a gente aprova essa emenda, vai prejudicar e muito a administração municipal. Se é uma Lei que já está autorizado pela Constituição, quando diz assim o artigo dez, obedecida as demais prescrições constitucionais e nos termos da lei quatro mil trezentos e vinte barra meia quatro. Então senhores Vereadores que assinaram essa emenda eu só volto a essa tribuna para dizer nesse sentido, eu sei da preocupação de todos nós. Eu sei que todos Vereadores aqui estão preocupados realmente, bem preocupado com a fiscalização, em ver o orçamento que é bastante, todos nós sabemos, mas estamos felizes porque o Município de Guadalupe vai receber, não sei se já é do entendimento de todos vocês, aumentar o índice a partir de janeiro, a população exigida pelo IBGE, vai aumentar para zero oito, entrará um recurso de mais de cem mil reais todos os meses no Município de Guadalupe. Então por todos esses entendimentos eu peço analisem melhor a todos os quatro Vereadores que assinaram esta emenda que veja, que analise da maneira que está, que vocês estão colocando vai realmente fechar a administração municipal e com relação ao artigo treze, o inciso um já diz que mediante autorização financeira, aí promover as atualizações necessárias para ajustas as despesas do efetivo comportamento da receita, o Prefeito pedir autorização pra gente? A gente tem que analisar melhor. Então voltei a essa tribuna para exemplificar melhor, não coloque só vamos aprovar o orçamento mediante esses questionamentos desses artigos, porque no meu entendimento do artigo dez a gente pode até diminuir o percentual, mas a gente determinar que a Prefeitura, que o Prefeito



peça autorização para baixar decreto, porque a própria Lei quatro mil trezentos e vinte diz que através de decreto, então para ele baixar um decreto ele tem que pedir autorização pra gente. Com a palavra o Vereador João Ricardo diz que volta a essa tribuna para uma pequena análise que pude observar sobre a emenda do excelentíssimo Vereador Amadeu Júnior. Eu achei ela bem pertinente, entretanto tritaria, como a doutora Lúcia disse, o Poder Executivo, uma das saídas seria a porcentagem, mas aqui uma preocupação da emenda, se eu estiver errado, por favor me corrija, porque eu poderia até votar a favor também. Lê a emenda. Fala que já consta na Constituição Federal e já deveria ser praticado anos atrás aqui em Guadalupe. Minha preocupação é que crédito orçamentário existe, crédito suplementares, crédito existe mais de um. Crédito suplementar é só um deles, existe créditos adicionais, créditos suplementares, créditos especiais, créditos extraordinários que são ferramentas do contador ou setor contábil pode utilizar. Então eu acho que posso votar com a emenda, mas devemos, nós temos a responsabilidade e o dever de pedir que o processo orçamentário do Município seja estabelecido em metas reais e nós possamos realmente trabalhar realmente com algo que corresponde a nossa realidade. Eu gostaria muito que todas as etapas, assim: o Prefeito cumpriu o prazo, colocou as suas porcentagens correspondentes, mas tem algo que nós falamos no ano passado que era o orçamento participativo, não como foi feito a audiência, a contadora veio aqui e ficou só falando, mas que tivesse uma participação, não sei se seria aberto todo para a população, ia ser um processo muito esticado, mas que cada um pudesse, pelo menos, os presidentes de associação disse: nós estamos precisando disso, por favor, coloque isso aqui na emenda, ou entre vários. Eu sei que foi passado, mas esse ano eu não vi, estou participando de uma especialização em gestão pública municipal e o meu professor que é o auditor do Tribunal de Contas, ele falou: a prática de noventa por cento dos municípios do interior, eles elaboram aquele orçamento autoritário, chega lá na Câmara e tal, isso, isso e isso, cumprindo prazos, mas aquele verdadeiro orçamento participativo que o Tribunal de Contas hoje tá até formando essas turmas de gestão pública municipal justamente para trazer esse conhecimento pro município, pra que possa daqui a mais cinco anos ter uma maneira diferente de se fazer o orçamento, então a minha preocupação é essa, eu não



vejo, o que eu vejo hoje é reclamar pra mim e dizer: Vereador fui lá hospital como minha mãe doente e não sei o que mais e não tinha médico, é só enfermeira por telefone, aquelas enfermeiras são umas heroínas, deveriam ganhar que nem os médicos, porque são... elas que recebem aquele paciente que está doente. Recentemente... outra coisa que achei errado o Prefeito veio com a alteração do índice que o Tribunal de Contas fez esse alerta, ele chegou não, estou precisando disso para poder fazer as alterações, pra poder pagar funcionários, pra poder trazer os três ônibus que o Vereador Presidente Zé Mota falou, e várias outras coisas, uma extraordinária, três diárias pra cada Vereador, vamos lá aprovar. Coloca em votação, vai na maioria, aprovado, mas já vi que tem coisa que ele colocou que não vai cumprir até dia trinta e um de dezembro e eu levantei essa possibilidade. Então eu acho isso um erro, se o orçamento existe ele tem que ser cumprido, se o orçamento está sendo suplementado cada mês é porque tem alguma coisa errada. Cadê o planejamento do município? Cadê a lei? Eu acho isso errado, não me faz questão nenhuma ganhar extraordinária aqui dentro. Tô aqui representando os duzentos e oitenta e um votos, muito bem votado pra primeira legislatura e estou procurando defender os interesses. Eu quero que o Município de Guadalupe tenha realmente uma administração que ele merece e a muito tentando e o povo de Guadalupe quer e não tá conseguindo. Então se... em minha opinião o orçamento deveria ser reduzido e poderia até colocar porcentagem de cinquenta por cento com autorização legislativa como está prevista na Constituição Federal, mas fica cabível aos demais Vereadores, mantenho o meu voto de reprovação do orçamento, entretanto posso votar a favor da emenda e votar a favor do orçamento, mas só quero levantar aos nobres Vereadores que a muito tempo Guadalupe está precisando de uma maneira diferente de fazer o orçamento e realmente cumprir aquilo que foi orçado, seria uma... se conseguisse cumprir seria uma administração excelente, exemplar, mas como quase todo mês está vindo crédito suplementar. Quem é que vai garantir que a pasta da Saúde que vai ter o que foi orçado, ano passado? Então a minha preocupação é essa, espero ter sido claro e não deixar nenhuma dúvida, nem para os Vereadores aqui dentro, nem aqui dentro da Câmara quanto fora para os eleitores, porque minha intenção principal aqui em Guadalupe é de trazer assistência médica garantida, uma educação



de qualidade, ônibus que realmente você possa transportar alunos, de maneira digna, não como animal, ônibus que não tem segurança, por isso eu faço esse apelo aos senhores. Eu acho que deveríamos... nós não somos capazes aqui de pegar um orçamento aqui e dizer: isso aqui tem que ser isso, aquilo tem que ser aquilo; porque não somos o Executivo, nós somos fiscalizados, nossa missão vai além, nós precisamos vê se essa lei vai nos beneficiar futuramente e como vai beneficiar a nossa população que é a principal. Como esse ano eu fiquei muito triste, muito triste, porque fui atrás do serviço de Saúde aqui em Guadalupe, de uma consulta para um eleitor, um senhor idoso, não tinha condição nem de sair de casa, levei, esperamos dois meses e meio, ele não aguentou e chegou a falecer, tinha até passado alguns remédios, comprei e dei pra ele, foi desinchando, mas não teve como e nunca foi chamado para ser encaminhado pra Teresina e muito menos sua esposa que hoje é uma senhora de oitenta anos não tem condições nem de se locomover dentro de casa, porque não enxerga sofre de catarata. Então eu acho que nós devemos observar bem e exigir que as coisas sejam feitas com responsabilidade, com clareza e principalmente em cima da realidade e não da previsão, não vamos contar com o ovo no cu da galinha, desculpa a expressão, mas devemos trabalhar com a nossa realidade. O **Presidente Zé Mota** lê o artigo quarenta e dois da lei quatro mil trezentos e vinte de sessenta e quatro. Fala que o que vejo, eu estava ouvindo bem atento ao Vereador João Ricardo, ele diz uma coisa e na mesma hora diz outra desfazendo o que disse. Isso me chamou atenção a isso aí. Porque você cumprir o orçamento, se eu estou firmando convênios, eu sei se esses convênios vão chegar? Eu digo que não sei. Então o orçamento foi dito que é uma previsão, eu posso cumprir o orçamento, nem um prefeito, nenhum executivo pode dizer que vai cumprir, ele não depende dele, depende do Governo Federal e Estadual de liberar ou não. O que eu vejo mais é que nós Vereadores temos que ficar mais atentos aos balancetes, por Secretaria, lá tá dizendo tudo, lá tá dizendo o valor do empenho, o gasto e o saldo, só basta isso. Eu fiz muito isso quando eu tinha uma preocupação no valor do empenho, aquilo é o principal do Vereador é olhar aquilo, agora os Vereadores aqui não olham e ficam cobrando coisa que não tem nada a ver com o orçamento, cumprir orçamento, seria muito bom se o Prefeito cumprisse e dependesse dele todos os convê-



nios, tudo. Falou-se aqui no orçamento que nós aprovamos de dois mil e dez e eu já disse que não vai dar tempo a compra dos ônibus para dois mil e dez, automaticamente se colocou para dois mil e onze, porque no dia trinta e um de dezembro zera, zera tudo, ele não pode usar aquele recurso que nós aprovamos. Eu respeito o voto de cada um, mas orçamento é uma previsão, seria a coisa melhor do mundo que desse tudo em cima daquilo, para qualquer um dos cidadãos brasileiros, ou que seja Executivo, ou seja, empresário seria a coisa melhor do mundo, pegar e vou fazer isso e deu cem por cento, isso não. Vejo aí, você falou aqui cumpri orçamento, minha obrigação é tentar, mas cumprir, qual é o cidadão, Executivo que vai cumprir que depende do Governo, de convênio federal e estadual? Se eu pudesse cumpri minhas metas aqui na Câmara tinha outro jeito aqui, tinha mandado recuperar aquela parede, tinha comprado um carro que fiz projeto, tinha projeto de comprar computador, mas não deu. Depende do que? Depende do repasse, que caiu, mais de vinte e dois milhões. Se eu recebesse o dinheiro que recebi na gestão anterior eu tinha um carro novo aqui na Câmara, tinha um carro zero e além disso tinha cumprido a meta de comprar um notebook para cada Vereador, eu tinha feito, porque orçamento é coisa boa. Se eu estou conseguindo pintar a parte externa da Câmara é porque o Prefeito está, não está tendo custo nenhum pra Câmara, quero deixar bem claro isso para os Vereadores, não está tendo custo nenhum, porque a Câmara não tem, ele está pintando por conseguir aqui. Outras coisa que pediram aqui, não deu, estou saindo e não deu. Tem que reconhecer e dizer para os Vereadores, espero que o meu sucessor entre e faça mais coisas do que eu fiz, eu só espero isso. Sem mais nada a tratar, o **Presidente Zé Mota**, em nome de Deus, declarou encerrada a presente Sessão. Eu, **Ana Lúcia Policarpo da Cruz Gomes**, 1ª (primeira) Secretária, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais vereadores aqui presentes.



